

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

2ª

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Primeira Secretária e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes, trinta e oito membros, dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Luzia Cordeiro Salgado, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, Maria Noémia Correia Fernandes em substituição do Senhor João de Deus Possacos, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Altino dos Anjos Aleixo, Antero Augusto Neto Lopes, José Francisco Marcos Carrasco, Presidente da Junta de Freguesia de Brunhoso, Francisco Manuel Fernandes, Presidente da

Junta de Freguesia de Saldanha e António José Marcos, Presidente da Junta de Freguesia de Tó. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da 1ª Sessão Extraordinária.* -----

-----1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da Sessão anterior.*-----

-----1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município.*-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Deliberação sobre a 1ª Revisão do Orçamento Municipal da receita do Ano de 2014.*-----

-----2.3 *Deliberação sobre a 1ª Revisão do Orçamento Municipal da despesa do Ano de 2014.*-----

-----2.4 *Deliberação sobre a 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2014.*-----

-----2.5 *Deliberação sobre a 1ª Revisão do Plano de Atividades Municipal do Ano de 2014.*-----

-----2.6 *Deliberação sobre a Delegação de Competências da Câmara Municipal de Mogadouro nas Juntas de Freguesia/União de Freguesias do Município.*-----

-----2.7 *Deliberação sobre Acordo de Execução a Celebrar entre a Câmara Municipal de Mogadouro e a Junta de Freguesia ou União de Freguesias.* -----

-----2.8 *Apreciação, Discussão e Votação do Regimento da Assembleia Municipal.* -----

-----2.9 *Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de pelo menos um suplente para fazer parte da Assembleia Distrital*-----

-----2.10 *Outros Assuntos.*-----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “começo por dar as boas vindas a Luzia Cordeiro Salgado e desejar um bom trabalho ao serviço dos Municípios. Convido a Deputada Sandra Mesquita para ajudar nos trabalhos da Mesa. -----

-Declarou abertos os trabalhos e apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a ata da 1ª Sessão Extraordinária.* ----

Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à ata podê-lo-ia fazer. -----

-----Ninguém pretendeu usar da palavra, colocou a ata a votação. -----

-----A ata, foi aprovada com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção de Ilídio Martins, por não ter estado presente na sessão a que esta ata se refere, e trinta e sete (37) votos a favor. -----

-----**1.2 *Apreciação e deliberação sobre a ata da Sessão anterior.***-----

-----Do mesmo modo informou que poderia usar da palavra quem pretendesse. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é apenas sobre uma pequena correção numa intervenção minha na página 36 da ata anterior. Onde se lê *porque a Câmara apenas dos dias neste orçamento*, deverá ler-se *porque a Câmara apenas nos diz neste orçamento*”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que não havendo mais intervenções colocava a ata a votação. -----

-----A ata, foi aprovada com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção de Sandra Mesquita, por não ter estado presente na sessão a que esta ata se refere e trinta e sete (37) votos a favor. -----

-----Apresentou o ponto seguinte:-----

-----**1.3 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.***-----

-----Todos os Senhores Deputados tiveram ocasião de receber em suporte de papel toda a documentação que a Assembleia Municipal recebeu e expediuiu. -----

-----Não havendo intervenções vamos passar ao ponto 1.4 -----

-----**1.4 *Assuntos de interesse relevante para o Município.***-----

-----Entretanto enquanto se procedeu às inscrições para intervir no ponto 1.4., o Senhor Presidente em nome da Mesa, apresentou um Voto de Pesar pelo recente falecimento do Pai da Teresa Cordeiro que posto à votação foi aprovado por unanimidade e outro pelo recente falecimento da Tia da Senhora Vereadora Joana, que também foi aprovado por unanimidade. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “uma pequena saudação para a Vereadora Joana Vicente, os meus desejos de um mandato frutuoso para bem do Município que escolheu a Senhora Vereadora para este mandato, muitos parabéns e votos de um bom trabalho. -----

-----No decurso da preparação desta Assembleia, tive como é meu costume, a preocupação de ler as atas do Executivo, e apenas duas ou três considerações, voltou à ordem de trabalhos do Executivo um assunto que já lá tinha estado há três ou quatro anos, o assunto das feiras municipais, que os Senhores Vereadores do PSD fizeram uma proposta que quando o dia 2 e 16 coincidir com domingo, que a feira fosse realizada na segunda-feira imediata. Eu perguntaria se querem aditar alguma coisa, ou se será de sugerir alguma coisa no caso de..., que pode acontecer, este ano não

acontecerá de certeza, porque na segunda-feira imediata também será feriado, talvez deixar aqui uma porta aberta para nesse caso ter de saltar dois dias. Congratulo-me com o facto de a Câmara ter remetido para consulta na Associação de Comerciantes este assunto, porque eu recorde-me que da última vez que isto aqui foi tratado a minha opinião, que não mudou entretanto, é de que poder-se-á estar a criar algum problema para alguns empresários que têm empregados fora da família, que têm trabalhadores e já há muitas empresas nessa situação, porque no caso de se realizar a feira ao sábado terão que pagar horas extraordinárias aos seus trabalhadores, não sei se isso mexerá com a estrutura e com a rentabilidade de algumas dessas empresas, era só uma sugestão que eu tinha a fazer, se quiserem consultar com mais pormenor, mas pôr-lhe de caras esse problema. -----

-----Na reunião de 27 de Dezembro foi aprovada por unanimidade uma dotação para o Clube Académico de Mogadouro, não tenho nada contra, se entenderem que tem uma atividade saudável sobretudo para os jovens, e fora do profissionalismo que campeia por aí, não é o caso desse clube, ao que julgo saber, não tenho nada contra, simplesmente no decurso da discussão deste assunto no Executivo Municipal, aparece uma afirmação que gostaria de ver explicada. Se me permitem eu leio *«Pelo Vereador António Pimentel foi referido que esta proposta de atribuição levanta sérias dúvidas por não saber se esta verba se destina a pagar as dívidas da sede do Clube Académico de Mogadouro e que também foi a sede da campanha do Partido Socialista para as eleições autárquicas de dois mil e treze»*. Os partidos políticos já são, como todos sabemos, subsidiados pelo orçamento de estado, não me parece curial que seja a Câmara também a financiar ainda mais os partidos políticos, e se aqui há de facto algum financiamento da Câmara ao PS, acho muito mal, gostaria de ver este assunto explicado, os partidos que se governem com os recursos próprios e com as dotações de estado que têm que não são tão curtas como isso, gostaria de ver este assunto esclarecido. -----

-----Também numa outra sessão, ou na mesma, não sei bem, mas não tenho aqui a folha tenho ali..., talvez esteja aqui, foi falado ainda a propósito dos comentários do Senhor Vereador Pimentel no verão passado no teatro de incêndios nas Quintas das Quebradas/Meirinhos, está aqui dito o seguinte: *«dado que no decurso do incêndio que assolou parte do nosso concelho proferi algumas críticas à cadeia de comando, repito cadeia de comando que toda a gente sabe que não estava nas Corporações locais, mas sim na proteção civil, quero aqui referir as conclusões do inquérito agora tornado público porque com clareza vem dar razão às minhas declarações, pondo a nu o nítido aproveitamento do PS, que não hesitou em aproveitar o sofrimento das populações fragilizadas pelo mesmo, para instrumentalizar a corporação dos B.V. de Mogadouro»*. Não estando aqui

a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro, como instituição presente, eu gostaria de obter da Câmara Municipal, informação sobre o que é isto de instrumentalizar a corporação dos B. V. de Mogadouro, se o Senhor Presidente assim entender, agradecido ficaria sobre este assunto. ---
-----Entretanto quero só felicitar os serviços da Presidência da Câmara, porque de facto a agenda de trabalhos do Senhor Presidente é completíssima, diz-nos, interessa pouco saber a que horas e onde esteve, mas diz-nos o assunto que foi tratar e isso é de facto uma ajuda enorme para o trabalho dos Deputados que queiram escrutinar todo o labor, toda a atividade camarária, quanto à agenda dos restantes Vereadores a tempo inteiro já não posso fazer o mesmo elogio”. -----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “a minha intervenção vai ser relativamente curta, mas apraz-me lembrar ao Executivo que o estado de graça acabou, chegámos ao fim de um período que é designado por estado de graça e o que é facto e visível no concelho é que estamos num período de marasmo, de marasmo económico, qualquer um que ande aqui pelo concelho repara, isso é de forma indelével que consegue reparar que o concelho está parado, parece que o concelho de Mogadouro parou no tempo, este Executivo tomou posse há bastante tempo, tomou posse em Setembro, e de Setembro até agora o que se vai vendo infelizmente não é nada, eu espero que o Executivo não tome as minhas palavras a peito, isto são meramente considerações políticas e considerações de alguém que foi eleito e que tem uma obrigação, e como tal pretende cumpri-la, mas a verdade é mesmo esta, a atividade económica no concelho parece que parou, é notório, quem circula pela vila, quem circula pelo concelho, repara que o concelho está numa fase de marasmo, eu sinceramente, se bem que venhamos de um período inegável de desenvolvimento económico ao longo destes últimos doze anos seria..., podem-me dizer natural que haja um certo decréscimo no crescimento do concelho, também acredito que sim, mas no entanto acredito que haja formas de manter o concelho a navegar em boas águas, sinceramente penso que isso é sintomático e que todos os que aqui estão presentes e aliás todos os Mogadourenses não desejam que o concelho de Mogadouro siga as pisadas de concelhos limítrofes, temos aqui concelhos à volta, é do conhecimento geral, que o percurso foi o inverso do que nós fizemos nestes doze anos e será da vontade de todos que nos próximos quatro não façamos nós esse percurso, como disse o período de estado de graça acabou, esperemos que os próximos tempos sejam de alguma visibilidade do trabalho da Câmara, não quero com isto dizer que passemos a uma economia planificada de caris socialista aqui no concelho, longe de mim pensar isso, sou um homem de direita, à Câmara não cabe substituir-se aos privados, mas cabe à Câmara sim, criar condições para que o investimento exista, para que as pessoas possam investir, para que no concelho se crie riqueza. Isto leva-nos a uma questão, que é a questão que

se prende com o incentivo económico, a bancada parlamentar do PSD, e quem anda minimamente atento e sabe o que se vai passando, foi proposto pelos Vereadores do PSD em reunião de Câmara uma espécie de incentivo, um incentivo económico àqueles que queiram investir no concelho. Eu gostava dentro das competências que me são atribuídas enquanto Deputado reafirmar e em nome da Bancada Parlamentar do PSD, reafirmar e sublinhar esta proposta que foi feita pelos Vereadores do PSD, parece-me de sobremaneira importante, volto a repetir, não se substituindo a Câmara à iniciativa privada, mas sim que a Câmara conceda instrumentos aos privados, aos que cá estão e aos que querem vir de fora, para que investam no concelho, que lhes crie condições para que investam no concelho de forma a criar riqueza, uma coisa seria fundamental, é facto que o concelho durante os últimos doze anos o edificado foi criado, temos condições, temos uma vila e um concelho bem estruturado, naturalmente haverá coisas a fazer como sempre existem, mas o grande objetivo que se põe a este concelho, o grande desafio que este concelho tem, e isso acho que é comum a todos os Mogadorenses, quer aos do PSD, quer do PS, é fixar os que cá estão e atrair alguns que venham de fora, porque uma coisa é certa, podemos ter uma vila muito bonita, podemos ter um concelho muito bonito para visitar, mas sinceramente lhes digo, não gostava que o Concelho de Mogadouro se torna-se numa espécie de reserva em que vêm aqui ver a paisagem. Que a Câmara pense seriamente, que o fundamental será para os anos que se seguem e o grande desafio que se põe aos Mogadorenses, não digo só ao Executivo, não digo só ao PSD, não digo só ao PS, o grande objetivo que se põe a todos nós enquanto Mogadorenses é atrair e fixar os que cá estão, porque doutra forma não vamos a lado nenhum, isso do fundo do coração lhes digo. -----

-----Outra questão que também está relativamente relacionada com o que acabei de dizer é a questão dos apoios sociais, neste ponto também faço um apelo e deixo a questão: o que está a ser feito no que toca ao apoio social? Também é visível a quem por aqui anda todos os dias, há circunstâncias, há condições, há famílias, há pessoas que cada vez mais precisam, a verdade é essa, há muita pobreza escondida, será também de fundamental importância para o Município, isso está nas mãos do Executivo, o reforço, o estar extremamente atento a estas circunstâncias. A bancada do PSD teve conhecimento que foi apresentado um regulamento de apoio social e que segundo informação que nos chegou, esse regulamento de apoio social tinha uma dotação inferior ao que vinha sendo dado nos Executivos anteriores, gostava de questionar o Executivo em relação a isso. -----

-----Só mais uma questão, não era para a trazer mas, já fui questionado na rua, sobre a velha guerra da capela mortuária, a questão que me colocaram foi simples e foi à porta do tribunal: aquando das festividades da Nossa Senhora do Caminho se houver um funeral como é

que se vai passar? Foi a questão que me puseram e eu aqui a trago, como é que vai ser? Vai estar a festa pagã no largo e a velar-se o morto ao lado? Foi a questão que me puseram, e, eu, enquanto representante dos Municípes, aqui a trago. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “assuntos de interesse relevante para o Município, assuntos que nos preocupam a todos e que aqui são trazidos para que de facto sejam discutidos e sobre eles se abram novas prespetivas, novas luzes a fim de continuarmos a senda do desenvolvimento e do progresso no nosso concelho, relativamente a uma questão que foi aqui levantada e que tem a ver com a capela mortuária, coloca-se esta questão, de facto se houver a circunstância das festas e no momento das mesmas a necessidade de ter alguém na capela mortuária como é que se vai fazer, mas muito mais importante do que isso e a questão que se coloca não é bem esta, é que de facto havia um projeto, havia uma decisão tomada sobre a localização desta casa mortuária, havia despesas feitas e tudo isso de uma forma leviana e gratuita foi, por água-abaixo e pronto, imponha-se uma outra ideia quiçá muito mais prejudicial e menos interessante para aquilo que se pretende que seja de facto um projeto que sirva as populações cabalmente, de facto não entendemos e gostaríamos que a Câmara Municipal repensasse aquilo que tem decidido relativamente à implementação/construção desta capela mortuária, deixando cair e pondo de lado o projeto que vinha detrás. -----

-----Queriam também trazer à coação o estado de graça ou de desgraça, como lhe queiram chamar, porque volvidos cinco meses do novo Executivo verificamos que o concelho de Mogadouro se encontra moribundo, estagnado, sem dinâmica, sem aquela vida económico, social e cultural a que estávamos habituados, esta não é apenas uma impressão minha, é a ideia que venho colhendo das populações, as pessoas não estão com grandes expetativas e não sabem muito bem o que virá a acontecer. Sabemos também e é isto que tem sido dito, que a situação financeira do Município permitia e permitirá com toda a certeza uma dinâmica diferente e uma postura diferente de quem se encontra no poder, porque nos preocupamos com as pessoas, com o seu bem-estar, porque estas condições dependem inequivocamente destas dinâmicas sociais e económicas, questionamos a Câmara Municipal, Senhor Presidente sobre o que se está a passar, o que se está a fazer, o que se pensa fazer, porque sabemos todos que este Executivo conduziu o Concelho a esta situação, neste espaço de tempo precisamente, porque deliberadamente encostou, deixou cair, pôs de lado, projetos que deviam estar a ser lançados no terreno e que com certeza colocariam Mogadouro numa outra prespetiva, numa outra senda de desenvolvimento. -----

-----Mudando um pouco de assunto, agora mais específico, mais concreto queria também trazer aqui a velha questão já tratada em Assembleias

Municipais anteriores, reuniões deste órgão, nomeadamente o facto de ter sido considerado por esta Assembleia e de uma forma muito mais viva pelos seus Presidentes de Junta que a compra/aquisição de uma giratória de pneus com destroçador, seria uma mais-valia para a enormidade de trabalhos, de intervenções, as achadas necessárias e convenientes um pouco por todo o Concelho, nesse sentido foi mesmo discutida e provada nesta Assembleia por larga maioria uma recomendação à Câmara Municipal para que essa compra e essa aquisição da giratória fosse uma realidade, insistimos com o Executivo, com quem decide novamente para que de facto repense a sua postura relativamente à aquisição deste equipamento, porque pelos vistos os Senhores Presidentes de Junta continuam a considerar que é um equipamento que faz muitíssima falta.-----

-----Queria também trazer aqui mais alguns assuntos de interesse relevante para o Município nomeadamente um assunto que é hoje notícia na comunicação social e que tem a ver com exploração/consumo das águas por parte dos Municípios, afinal foi feita uma auditoria pelo Tribunal de Contas àquilo que é a gestão em Portugal por parte das águas de consumo ao domicílio e que se chegou à conclusão que os Municípios e as Câmaras estão a pagar as águas a preços muito superiores, elevadíssimos, com custos sociais enormes para as pessoas, no momento em que de facto as famílias vivem numa situação económica cada vez mais complicada por imperativos que tem a ver com a crise económica e social que um pouco por todo lado e em Portugal em concreto se instalou, de facto era bom que esta questão das Águas de Portugal se voltasse a colocar, e eu trago-a aqui porque sabemos do litígio que a Câmara de Mogadouro tem com a empresa Águas de Portugal, mas esta Assembleia não pode descurar e vai insistir com o Senhor Presidente da Câmara para que nos vá informando e nos diga aqui qual o ponto da situação e o que é que tem sido feito, e o que pensa futuramente fazer? -----

-----Também queria trazer aqui uma questão que deverá ser da preocupação de todos, que é o eventual encerramento da secção de Finanças de Mogadouro e também o eventual encerramento do Tribunal da Comarca de Mogadouro, é que de facto são serviços que nos fazem falta, o concelho de Mogadouro merece e precisa, não é por ser uma vila do interior, um concelho com as características que tem que gratuitamente devemos deixar cair as coisas em desgraça. -----

-----Depois gostaríamos também, que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse sobre das razões da redução dos apoios sociais em diferentes áreas de interesse relevante da política social deste Município, é que de facto fomos informados, tivemos conhecimento de que em sede de algum regulamento, de políticas de apoio social terá sido proposta a redução de algumas prestações sociais, ora tendo o PS se apresentado ao eleitorado dizendo que as pessoas estavam primeiro, parece-nos um pouco contra esse

slogan o facto de agora na prática estarem a fazer a proposta de fazer descer esses apoios sociais às pessoas num momento em que de facto, e já o referi as famílias estão cada vez mais necessitadas. -----

-----Gostaríamos também que informasse esta Assembleia Municipal sobre o registo da escola primária das Quintas das Quebradas por parte de um privado, tanto quanto sei as escolas primárias são da Câmara Municipal, património da Câmara Municipal e como tal não entendemos como é que é possível que esse património de forma um pouco inusitada tenha sido objeto de registo a favor de um privado, se assim é que diligências pensa fazer a Câmara, ou o que é que esta Câmara já fez no sentido de repor a legalidade, que é fazer registar esse património em nome da Câmara Municipal, assim não sendo evidentemente que haverá um lesar dos interesses do concelho”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente eu quero aproveitar de facto a Assembleia Municipal para me dirigir a si, uma vez que é oportunidade rara que os Presidentes de Junta, pelo menos eu, e segundo as informações colhidas da maior parte deles também assim tem sido. Eu constatei antes de vir para esta Assembleia que já foi colocada uma televisão na sala de espera, gostava de lhe dar os parabéns por isso, mas não, eu dar-lhe-ia os parabéns se constata-se que aquela sala estava limpa, que tinham sido retiradas as cadeiras, os sofás e aquele material de leitura que eu já quase sei de cor, tais têm sido os tempos de espera que lá tenho passado, a maior parte deles em vão, pois consegui falar cerca de três minutos com o Senhor Presidente, mas o assunto que aqui me trás não é propriamente esse. O assunto que quero aqui focar é acerca da utilização do camião limpa fossas ou desobstrutor das condutas dos saneamentos, propriedade da Câmara, isto porque há cerca de dois anos precisei dos serviços desse camião para desobstruir uma conduta na zona envolvente do meu armazém na zona industrial e foi-me dito que esse camião não fazia serviços para privados, tive que me desenrascar por outro lado, tive que rebentar o pavimento para desobstruir a conduta. Foi-me dito na altura que esse camião só faria limpeza de fossas para privados, porque era para isso que estava destinado e de facto penso que é verdade, porque o vi várias vezes nos estaleiros das obras da barragem de Bemposta a fazer limpeza de fossas, que se compreende, porque não havia saneamentos, e até aí tudo bem, se não dava, não dava, não insisti mais com o assunto e também não tive conhecimento desde que esse camião existe que tivesse feito esse tipo de trabalhos para mais ninguém, exceto o esvaziamento das fossas para privados. Qual não é o meu espanto, que recentemente por altura do Natal, num domingo à tarde, vejo o dito camião na Figueirinha a retirar água de um poço, ou de uma cave de uma garagem, coincidência das coincidências, propriedade de um candidato do PS à Junta de Travanca. A minha questão é esta Senhor Presidente; qual é o regulamento que rege este tipo de

utilizações do camião e se de facto é possível aos privados numa situação que não é de emergência, porque se fosse numa situação de emergência até se compreendia, nem eu traria aqui esta questão, porque em situações de emergência estas questões nem se colocam, aquilo era água que podia ser retirada no dia anterior ou no dia seguinte, nem era numa casa de habitação, era numa garagem e o que mais me chateia é que parece que não é caso único, que há outros, pelo menos circula por aí que não é caso único a utilização de meios da Câmara para trabalhos para privados. Gostava que o Senhor esclarecesse esta Assembleia em relação a este assunto, se de facto foi feito agora há última da hora algum regulamento para reger este tipo de utilização do camião, se é legal, se está dentro da Lei, onde é que se pode pedir, com quem tem que se falar e quanto é que se paga”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “face às intervenções aqui expostas por alguns dos Senhores Deputados apraz-me dizer e deixe-me que lhe diga Deputado Ilídio Martins que o Executivo relativamente às Feiras Municipais entendeu e bem, auscultar não só a Associação Comercial, mas também os feirantes em si e alargar essa auscultação de opinião à população em geral, porque não? É uma coisa tão simples quanto isso, o inquérito estará a sair via CTT, e depois cada um, se entender por bem dá-nos a sua opinião, melhor ainda, para assim tomarmos uma posição e trazê-la aqui, se os Senhores entenderem depois aprová-la. -- Relativamente à questão que me colocou do Clube Académico, se o Senhor Presidente permitir darei oportunidade ao Senhor Vereador Pimentel de responder e que fará o mesmo na questão dos incêndios. -----

Ao Deputado Daniel Ribeiro disse que de facto há quatro meses que está à frente do Executivo, mas que o concelho de Mogadouro não parou e o que se passa no concelho é o mesmo que se passa no país, que está tudo parado por culpa do próximo quatro comunitário 2020 que só ontem à noite recebeu o rascunho da CCDRN sobre o que tem preparado para a negociação, que também estão a preparar em conjunto, a Lei n.º 75, que alterou essas competências, o investimento da CIM, porque é a Comunidade Intermunicipal que agora vai ter muito mais a dizer neste próximo quadro comunitário. Que é evidente que gostariam de ver a economia a crescer no concelho, mas que tem que se dar tempo ao tempo e garante que não têm estado parados. Disse que têm tido a preocupação de acompanhar tudo aquilo em que o Município está inserido, disse que não tem sido fácil, mas que se orgulha de estar a conseguir algumas coisas que pensava não ser capaz, porque a inexperiência também dita muito, e que não leva a mal porque é conhecedor da situação económica do concelho. -----

-----Que de facto o incentivo proposto pelos Vereadores do PSD passa também por terem condições e que neste momento o Município não tem para oferta um lote de terreno disponível, que por acaso e na bolsa de

mérito surgiu a oportunidade e conseguiram pôr a concurso a 3ª fase da Zona Industrial, que está em fase de abertura de propostas e que será um grande alívio para o Município essa obra, porque assim poderemos convidar as empresas e proporcionar terrenos a quem os tem solicitado. ----

-----Em relação aos apoios sociais tentaram fazer uma alteração ao regulamento, mas depois de vários entendimentos entre todos entenderam por bem, porque não olham só ao partido, olham em relação às questões que preocupam a todos, que o regulamento devia ter outras bases que não as que estavam escritas e que se estão a preparar as alterações ouvindo os intervenientes do Concelho que são essenciais nesses apoios sociais. -----

-----Em relação à capela mortuária respondia também já ao Professor José Maria, que o projeto está em fase final de elaboração e foi salvaguardada a situação de haver festividades e/ou as pessoas poderem não ser católicas, foi pedido ao projetista que pensasse noutra saída para o lado da biblioteca evitando que o funeral passe por as festas ou por a Senhora do Caminho. O Senhor Presidente disse ainda que os custos do atual projeto são 50% mais baratos do que o anterior. -----

Ao Deputado José Maria disse ainda que, a seu tempo, irá ver o trabalho que estão a fazer, mas que o Concelho de Mogadouro esteve parado um ano pelas vicissitudes da economia, não só do país, mas também do próprio concelho. -----

-----Quanto à aquisição da máquina giratória, disse que já foi afirmado por ele que mais tarde poderão pensar na proposta de adquirir essa máquina, mas que no domingo passado esteve aqui o comandante do CODIS do Norte e ficou muito agradado e que lhe deu os parabéns por terem adquirido uma máquina de rastos e disse que publicamente o faria, se fosse necessário, dar os parabéns a um Executivo que com quatro meses tinha feito aquilo que em tantos anos atrás ninguém tinha pensado. -----

Quanto às águas disse que o Executivo manteria a mesma posição dos anteriores Executivos que é a não adesão às águas de Portugal, que o processo se mantém estável, na mesma situação, que tiveram uma reunião com o Advogado dia 20 de Fevereiro, que lhe tinha feito o ponto da situação e que estão a aguardar que os tribunais decidam. -----

-----Quanto às Finanças, disse que tinha tido uma reunião com o Senhor Diretor das Finanças e que Mogadouro se irá manter como está e poderão ser alargadas no âmbito de outros Concelhos. -----

-----Quanto ao Tribunal disse que fez uma exposição que irá seguir ainda hoje pelo correio à Senhora Ministra da Justiça, fazendo saber que não é só preocupação do Município, mas também dos próprios Advogados, porque como o Tribunal fica de pequena instância, de 50 mil euros e a partir daí os julgamentos teriam que ser efetuados em Bragança, ontem fiz essa exposição aos Presidentes de Câmara do distrito e pedi-lhe para assinarem em conjunto, que vão fazer em conjunto essa mesma petição, no sentido de

ser o tribunal a deslocar-se ao nosso concelho quando houver esses julgamentos e essas ações de maior instância e não ter que se deslocar todo o *staff*, seja de advogados, seja de testemunhas, seja de réus, para Bragança, porque não estamos tão perto como lhes possa parecer. Disse que na sua exposição enviou um croqui para lembrar à Senhora Ministra da Justiça a distância que nos separa de Bragança e a centralidade que Mogadouro tem neste momento com os concelhos de Moncorvo, Alfândega da Fé, Miranda e Vimioso, Freixo não tem tribunal.-----

Quanto ao registo da escola das Quintas das Quebradas disse que no dia 26 de Fevereiro teve a preocupação de saber se ela tinha sido retirada do serviço de finanças, mas não, que constitui ainda património do Município, é o artigo matricial 833, localização Quintas das Quebradas, confina a norte, sul, nascente e poente com terreno público e diz uma casa destinada a edifício escolar, composta somente por rés-do-chão com uma sala, um átrio e dois quartos de banho, com um logradouro de quase 1000 metros quadrados e que estão os serviços administrativos e jurídicos a ver junto das instituições, neste caso a conservatória, a ver o que se está a passar. Disse que, em relação ao camião limpa fossas, responderia o Senhor Vereador Evaristo. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara por lhe permitir tecer alguns comentários sobre o que foi dito, nomeadamente ao que concerne aos incêndios que assolaram a parte sul do concelho e que queria deixar claro os comentários que fez a nível da reunião do Executivo porque lhe parecem extremamente importantes, porque pegou e comentou o relatório que foi encomendado pelo Ministério da Administração Interna e que esse relatório reconhece que houve uma falha nesse incêndio e nos outros que assolaram o país, que como ele tinha dito essas falhas não foram ao nível das corporações locais, que como ele referiu deram o seu melhor, mas sim ao nível da corporação central e centralizada do combate aos incêndios, que deslocou essa responsabilidade que foi do que ele se tinha apercebido no terreno, que a culpa de não serem atacados os incêndios se devia exclusivamente à desorganização do comando e o desconhecimento do terreno por parte daqueles que comandavam as operações, que era isso que ele tinha dito. -----

-----Em relação ao Clube Académico disse que veio um pedido do Clube Académico, para pagamento de dívidas, à reunião do Executivo e que enquanto Vereador da oposição alertou o Senhor Presidente e respetivos Vereadores que não era legal dar subsídios para pagamentos de dívidas e que depois apareceu um segundo pedido onde já não era referido que tal subsídio seria para pagamento de dívidas e que tinha feito um comentário ironicamente que não acreditava que o PS precisasse do dinheiro da Câmara para pagar a campanha, mas que tinha feito o comentário ironicamente, porque em cima da sede do PS, estava e esteve durante toda a campanha

eleitoral como sendo sede do Clube Académico de Mogadouro, que deviam ter tido a preocupação de mudar de sede ou de retirar o letreiro do Clube Académico de Mogadouro. -----

-----Perguntou se lhe permitiam que tecesse outros comentários porque só contribuirão para um melhor conhecimento dos membros da Assembleia. (O Deputado João Meira disse que o Senhor Pimentel foi autorizado a falar sobre duas questões) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador para falar sobre as questões que foram levantadas pelo Senhor Deputado Ilídio Martins, que teve o seu tempo e que os outros assuntos dizem respeito à Câmara, ao Executivo e à Assembleia, mas como o Senhor Vereador pediu se lhe permitiam tecer comentários sobre outras questões eu perguntei ao Senhor Presidente. O Senhor Presidente da Assembleia disse que se estivesse na situação do Senhor Vereador se retiraria. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** disse que não tinha particular interesse, se as pessoas estão esclarecidas e se acham que o seu contributo não ajuda nada, que ficariam assim, mas que ele sempre entendeu que a Assembleia Municipal quanto mais esclarecida melhor, mas que o líder parlamentar do PS assim não entente, que fica com ele essa responsabilidade. -----

► **EVARISTO NEVES** disse que ia responder ao Senhor Deputado António Martins sobre o limpa-fossa, que foi num domingo e, nesse domingo, de manhã, tinha recebido um telefonema do Senhor Comandante dos Bombeiros de Mogadouro, António Salgado, que havia uma casa na Figueirinha que estava inundada, se podiam ceder o camião limpa fossas para limpar uma fossa, eu perguntei de quem era a casa e foi-me dito que era do enfermeiro Carlos e chegaram, hoje, de fim-de-semana e verificaram que tinham a casa inundada. O que é certo, é que não era a casa, era a garagem. Ó Tomané não é por mim que a casa fica inundada, eu falo com o Vítor Lopes e resolve-se já, se não te importas ligo-lhe eu, não me importo nada, o Tomané ligou ao Vítor Lopes foi lá e tiraram a água da casa. Senhor António Martins, nós não favorecemos candidatos, mas sim munícipes de Mogadouro, tenham sido ou não, não é por ser candidato de um determinado partido que deixamos de apoiar e repito, o pedido não veio do munícipe, veio dos Bombeiros. E das Quintas, isso, respondi no Executivo, por isso não tenho mais nada a dizer sobre isso.-----

► **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: “Relativamente àquilo que já foi dito pelo deputado José Maria Preto, no que concerne ao registo de propriedade privada das Quintas das Quebradas, eu gostaria de esclarecer a esta Assembleia, que o anterior executivo, se calhar abriu um precedente como não se tinha visto neste concelho, nunca em executivos do Partido Socialista, permitiram que privados, pessoas particulares, pudessem pensar na hipótese de adquirir edifícios da Autarquia, como sejam as escolas

primárias, falo com conhecimento de causa, porque na altura em que era a presidente da Assembleia de Vilarinho dos Galegos, chegou à reunião da Assembleia, um ofício desta Autarquia assinado pelo anterior presidente Dr. António Machado, que a Assembleia se pronunciasse no sentido de dar o seu parecer sobre a viabilidade de se vender a escola primária de Vilarinho dos Galegos a um particular, pessoa que nós conhecemos perfeitamente e estabelecemos relações próximas, mas que por ser uma pessoa que tem uma visão futurista, entendia que aquele edifício seria o ideal para um projeto que ele tinha em mente. É claro que a assembleia deu um parecer negativo; respondeu à Câmara, que tinha em mente um projeto para implementar ali naquela escola, que já foi anteriormente apresentado e continua por executar, o motivo não sei qual é e que seria precisamente o Museu dos Judeus. Aberto esse precedente, também não estranho, em questionarem a venda de um edifício da Câmara, toda a gente sabe, que a Câmara tem alguns edifícios devolutos e em resposta ou complemento ao deputado Daniel Ribeiro que o concelho está parado se é preciso atrair incentivos, se é preciso pegar em projetos se calhar utilizar as escolas primárias que se encontram desocupadas, seria uma mais-valia para o concelho e se calhar a venda a privados poderá ser uma opção, porque a autarquia como toda a gente sabe não pode estar à frente de tudo aquilo que são ideias e projetos que criem trabalho, poderá é permitir que outras entidades sejam de caris social ou privado criem ou apresentem projetos que dinamizem não só em termos de turismo, mas também comercial e outros serviços.-----

► **ILÍDIO MARTINS** Usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, lamento o tempo que vou ocupar, mas a culpa não é minha, é que eu pedi respostas e não me foram dadas pela Câmara, eu pretendo insistir. Assunto – Bombeiros, embora o Senhor Vereador Pimentel tenha um discurso dissonante, o Senhor Ministro da Administração Interna que louvou a atuação em geral das Corporações dos Bombeiros e da Proteção Civil nos incêndios do verão passado, mas o Senhor Vereador Pimentel tem todo o direito de discordar do Senhor Ministro da Administração Interna, eu, quando aqui me referi a isso, nas assembleias anteriores, lamentei o momento em que aquilo foi feito, na minha opinião foi desencorajador para os homens que estavam no terreno, independentemente, se a culpa era dos bombeiros de cima, se era dos comandantes cá de baixo, mas a questão que eu pus, foi esta, muito clarinha, saber o que quer dizer esta afirmação do Senhor Vereador Pimentel, na reunião de 2013, transcrita na ata de dez de dezembro de dois mil e treze, transcrita na página trezentos e cinquenta e quatro, e releio: “Porque com clareza o relatório que foi citado vem dar razão às minhas declarações, pondo a nu o único aproveitamento político do PS que, não hesitou, em aproveitar o sofrimento das populações fragilizadas ou mesmo instrumentalizar a Corporação dos Bombeiros

Voluntários de Mogadouro”. A minha pergunta é saber o que quer dizer, instrumentalização dos Bombeiros de Mogadouro”. Pelo PS ou pelo PSD, pelo padre ou pelo sacristão não me interessa saber. Interessa saber, é o que quer dizer a expressão “...instrumentalizar a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro”. Não foi respondido a esta questão. A outra também não respondeu. O que estava em causa não era se estava lá um letreiro ou dois, que podia levantar confusão. O que foi dito é que a atribuição de subsídio levanta sérias dúvidas, por não se saber, se esta verba se destinava a pagar as dívidas do Clube ou do Partido Socialista, é o que aqui está escrito, que também foi sede daquele partido. Se foi para pagar as dívidas do Clube, não tenho nada a ver. Se foi para pagar as dívidas do PS, isso já tenho a ver. A Câmara não tem nada que subsidiar partidos. O que quero, é saber as respostas às duas questões, por mim formuladas, que são claras e para as quais não obtive resposta. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção apresentada pelo Senhor Deputado Ilídio Martins e deu a palavra ao Senhor Deputado João Meira. -----

► **JOÃO MEIRA** Cumprimentou todos os membros presentes e disse que, o executivo, apesar de estar em trabalho há tão pouco tempo, seis meses, já mandou substituir as árvores secas que estavam na alameda Nossa Senhora do Caminho. Constou-me que as árvores foram caríssimas, à volta de setecentos euros, cada uma. Perguntou se a obra da Senhora do Caminho já foi entregue e pensa que quem tem o dever de substituir as árvores é o empreiteiro. A segunda questão, não é verdade que o painel do Clube Académico de Mogadouro estivesse enquanto a campanha decorreu. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** Cumprimentou todos os membros presentes e disse, dou os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e à sua equipa, mas mais parece que faz sentido dar-lhe os sentimentos, os sentimentos pela herança tão pesada que tem pela frente porque, de facto, foi uma herança pesada. O Senhor António Ribeiro falou aqui em empreendedorismo e sabe que é o que leva o concelho para a frente, mas é preciso ter gente. O Senhor António Ribeiro não deve ter pensado, que nos últimos doze anos foi o concelho do distrito que mais gente perdeu. Em capital humano está pobre. Está pobre o Concelho e está pobre o País. O nosso capital humano foge para o estrangeiro, foge para outros lugares e Mogadouro está cada vez mais pobre. De facto Mogadouro cresceu, cresceu em obras, cresceu em cimento armado que não tem agora, funcionalidade. Não tem funcionalidade, nem a Casa das Artes nem a Biblioteca Municipal, porque estão subaproveitadas e sobretudo, nem a Escola que, neste inverno, as minhas colegas podem confirmá-lo, os meninos, em vez de ocuparem a sala de aulas, ocupavam metade, estavam em certas salas, encostados uns aos outros porque metade da sala estava inundada e baldes de água a apanhar a

água. Portanto, alerto aqui a Câmara Municipal para fazer um levantamento de tudo isso, para pedir uma auditoria à obra, porque não podem ser assim utilizados os dinheiros públicos. Saúde. Não posso deixar de passar este ponto. Continuamos a ser pioneiros em doenças, quer cancro de mama, que já foram três camionetas para o IPO, quer em tumores a vários níveis. Eu sugeria aqui para pedir uma análise quer à água, quer ao ar, quer aos tais telhados de amianto que, pelos vistos ainda existem aí pelo concelho. Algo tem que haver. Será a mulher mogadourense (Foi interrompida pelo Senhor Presidente da Assembleia, por ter esgotado o tempo). Retomou para acrescentar. Deveria ser feito um estudo para analisar o que se passa nesse campo em Mogadouro. No último ano foram detetados três ou quatro casos, este ano já são sete e do último rastreio ainda não se sabe. Depois andamos aqui a fazer projetos de cuidados paliativos. É melhor prevenir do que remediar. -----

► **JOSÉ PRETO** Queria dirigir-me, em primeira mão, ao Senhor Presidente da Câmara e começava precisamente por lhe perguntar onde é que estive no último ano do mandato do executivo anterior, porque disse que, de facto que o concelho estava parado. Com certeza não estava pelo concelho de Mogadouro, porque queria lembrar-lhe apenas algumas das obras que foram lançadas e que mostra bem a dinâmica que vinha sendo lançada e que se concretizou ainda no último ano. A estrada para Estevais, um milhão e duzentos mil euros, no último ano do mandato; início das obras do Juncal; conclusão das obras de requalificação da zona histórica da vila; conclusão das obras para abastecimento de água à zona norte do concelho da vila de Mogadouro, Figueirinha, Travanca e outras localidades e ainda porque, de facto, com o executivo anterior, as pessoas estavam primeiro, queria lembrar ao Senhor Presidente da Câmara as preocupações, os investimentos e os dinheiros e as políticas que foram lançadas pelo executivo para apoio no âmbito dos diferentes programas à ação social. Queria também lembrar à Deputada Filipa que vender não é usurpar. Veio, aqui dizer, de facto, que tinha sido aberto um precedente, acabou a Deputada Filipa de fazer um grande elogio ao Doutor Morais Machado porque, de facto, o Doutor Morais Machado ao questionar a Assembleia de Freguesia de Vilarinho dos Galegos, primeiro consultou a freguesia e depois lutou pelos superiores interesses do concelho, não delapidando património porque, de facto, vender não é a mesma coisa que usurpar, não é a mesma coisa que registar em meu nome, porque está ali ao lado. Portanto, acho que o Doutor Machado lhe estará agradecido pelo elogio que aqui lhe deixou. Relativamente ao Deputado Ilídio Martins, ficamos aqui atónitos ao ouvi-lo dizer que o facto de a Câmara Municipal pagar as dívidas do Clube Académico não o preocupava, a nós preocupa-nos muito, é que é ilegal e dá perca de mandato, portanto, se uma associação pede à Câmara Municipal um subsídio para pagar dívidas feitas por esse grupo,

então sinceramente, eu fico atónito por ter dito aquilo que disse aqui e creio que está gravado. Quanto à Deputada Moura Cardoso, pois é, de facto, as infraestruturas estão desocupadas, é cimento, não estão aproveitadas, estão subaproveitadas. Pudera! Quando não há atividades, quando não há dinâmicas, nem se vê atividades é evidente, as infraestruturas estão às moscas. É só isto! -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Terminadas as intervenções deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e, a seguir, por encerrado este ponto, dado que os trabalhos já iam atrasados. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** Só uma questão ou outra porque entendo por bem responder-vos e, em primeiro lugar, dizer-vos que a sede do Clube Académico já não é ali, há mais de dois anos, está lá o reclame mas, se quiserem, podem lá ir e comprovar. Portanto, a sede só tem ali o reclame e graças a Deus não precisa da ajuda do Município para pagar rendas. Quanto a questões que me foram aqui colocadas, muito vagas: - A da Deputada Antónia, eu, das suas sugestões irei tomá-las em conta, quanto à escola primária e, exatamente, no que diz respeito à saúde, tentar saber junto das instituições os rastreios que foram feitos anteriormente, os resultados dos mesmos para depois também termos em conta a preocupação com alguns dos mais casos que têm aparecido ultimamente no nosso concelho, como seja, a questão do cancro da mama, etc.. - O Deputado Fernando Meira levantou aqui a questão quanto a uma árvores que foram agora colocadas na avenida Nossa Senhora do Caminho. Elas, de facto, foram muito caras, mas foi-me dito que já tinham sido substituídas duas vezes pelo empreiteiro e que, neste momento, seríamos nós a coloca-las lá, de facto, são na ordem dos setecentos euros, cada uma. É verdade, mas enfim! - Quanto ao Deputado Professor José Maria, eu faço aqui uma questão, não estamos aqui só a falar no desenvolvimento económico criado pelo Município, não podemos só olhar para as obras que o Município fez. Diga-me, quantas gruas, viu ao longo deste ano e meio atrás, em Mogadouro e no concelho? -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Agradeceu e disse: “Vamos entrar no Ponto 2 - Período da Ordem do Dia -----

► **Ponto 2.1 – Apreciação da informação do presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** O Senhor Presidente da Câmara não quis usar da palavra e o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos Senhores Deputados pretendia inscrever-se para intervir. De registar: -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** O ponto do Senhor Presidente da Câmara está realmente muito bem explicitado, tem descritas as diversas agendas das diversas reuniões em que tem participado ao longo destes quatro meses de

mandato e não seis, como querem, já, atribuir. São quatro. Senão, façam as contas bem-feitas, porque desde o dia vinte de outubro até ao fim de fevereiro, eu não sei, onde é, que estão os seis meses, mas pronto, querem ampliar, ampliem. Isto só para dizer mais o seguinte é que realmente com toda esta dinâmica podemos dizer que, se o concelho não está no andamento que deveria estar, penso que também ainda não tem tempo suficiente para estar no andamento que deve estar e as coisas estão andar a seu tempo, o Senhor Presidente realmente não tem parado e tem mostrado dinâmica. Isto é tudo. Não precisava de ser tão explícita, eu acho que a questão das agendas pode vir, mas penso que são subentendidas, nem era preciso explicitá-las tanto. -----

► **JOSÉ PRETO** Sobre este assunto, de informação sobre a situação financeira do município, em primeira mão, não vou questionar o Senhor Presidente, alguém mais habilitado e com dúvidas sobre a questão poderá fazê-lo mas, sobre as atividades do Senhor Presidente, cujo relatório síntese e sinótico que aqui nos é apresentado, de facto eu tinha algumas questões a colocar e começar por dizer que, de facto, são muitas as atividades e reuniões, as solicitações, analisando todo o conjunto de atividades em que o Senhor Presidente esteve envolvido e quiçá, nem estão todas aqui na agenda de trabalhos, haverá sempre uma ou outra que não será digna de registo ou não será registada. Por isso mesmo, eu começava por perguntar ao Senhor Presidente, porque aqui não consta, se no dia dezasseis de dezembro esteve em alguma reunião de trabalho, à noite, em Macedo de Cavaleiros porque, de facto, aqui, salta do dia doze para o dia dezassete. Depois relativamente ao resto das atividades que nos são aqui elencadas e apresentadas, no dia oito de janeiro, Alfândega da Fé, Conselho Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara falasse sobre o protocolo com a DECO, que compromissos esta Câmara assumiu relativamente a um eventual protocolo com a DECO – Associação de Defesa do Consumidor. Depois também, no dia dez de janeiro, Associação de Municípios do Baixo Sabor, reunião, portanto, na Cardanha, Adeganha, tinha a ver com o Plano de Desenvolvimento do Baixo Sabor e outros assuntos de interesse. Gostaria também que, em futuras reuniões, Senhor Presidente da Câmara, se é que ainda não o fez, que questionasse a EDP sobre a repavimentação, reperfilação da estrada de Mogadouro/lagoa, porquanto a construção da nova ponte que ligará Mogadouro a Macedo por Lagoa, há um troço de estrada cujo pavimento está em más condições, porque não, aproveitar uma destas reuniões e colocar as cartas em cima da mesa e questionar sobre a possibilidade de compromisso já assumido de repavimentação e reperfilação daquela via. Depois seria também interessante que esta Assembleia Municipal fosse informada sobre o enchimento da albufeira da barragem e outros aspetos que estão envolvidos, precisamente por esse

empreendimento que sejam de interesse para o concelho. E ainda relativamente à reunião de 23 de janeiro, em Bragança, catorze horas, Associação de Municípios da Terra Fria, no ponto onze da Agenda de Trabalhos, temos aqui, a reposição da sinalização das rotas nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais, não sei, se o Senhor Presidente, participando nesta reunião – esta é uma reunião dos Municípios da Terra Fria – de facto, não surge aqui o concelho de Mogadouro como tendo necessidade de sinalização ou de reposição de sinalização ou porque não é necessário ou porque, de facto, não tem qualquer cabimentação que assim seja. (Repetiu-se). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Há vários pedidos para o Senhor Presidente da Câmara responder: protocolo com a DECO; pedido de requalificação da estrada, penso que, só depois da construção da ponte; a sua estada, no dia vinte e três de janeiro; a sinalização na rota e ainda o que esteve a fazer, em Macedo de Cavaleiros, à noite, não sei ... (risos na Assembleia). -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** Isso aí, de facto, é verdade. Eu peço desculpa, mas na minha vida particular ... Eu só queria aqui deixar e agradecer, quer da parte do Ilídio Martins, quer da parte do Deputado António Cordeiro, sobre o elogio que foi feito à minha agenda de reuniões. ----- Quanto ao protocolo com a DECO, estamos a falar do protocolo que Comunidade Intermunicipal anterior já tinha e que nos foi posto em cima da mesa, mas o qual nós não assinamos ainda, não está nada decidido. Estamos a falar de um protocolo que depois de assinado seria extensível para os municípios, mas ainda não foi assinado porque alguns municípios, caso, de Afândega da Fé, já tinha assinado. Ainda não está decidido se é assinado através da CIM, se é assinado por cada um dos municípios. -----

----- O plano de desenvolvimento do Baixo Sabor foi-nos apresentado na barragem, já está atrasado relativamente ao plano de enchimento da barragem, era para ser no final de dezembro, foi-me dito que nunca poderia começar a encher devido às condições climáticas mas também a ponte do Sabor, a empresa faliu, só em finais de agosto, estará pronta. A ponte de Lagoa só em finais de setembro, ou seja, a cota máxima do “235”, só nessa altura é que poderia ser atingida. -----

----- Está salvaguardada essa posição das estradas porque, não é só do nosso concelho, mas também Moncorvo tem esse problema. Nós alertamos exatamente a EDP e foi-nos dito que estava salvaguardada a reposição e repavimentação dos pisos que se deterioram com as obras. – O que se passa, na reposição da sinalização. Há um outro projeto, que foi, anteriormente feito que foi desde que nós entramos na Associação de Municípios da Terra Fria, o concelho de Mogadouro não tinha sinalização

da rota. Fora desse projeto que já está em curso e penso que, adjudicado, havia necessidade de fazer a reposição da sinalização que já existia noutros concelhos que não o de Mogadouro. O nosso é separado deste. O nosso é novo. Este é para repor a sinalização existente que já estava bastante danificada. Mogadouro teve uma candidatura diferente. Tem um concurso separado e só para Mogadouro. -----

►2.2 DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2014 -

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, os pontos “2.2, 2.3, 2.4 e 2.5”, por se interligarem, foram apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara e, a seguir, colocados a votação. -----

►PRESIDENTE DA CÂMARA (Período de apresentação de cumprimentos). Intervenção: Com o lançamento da obra da III Fase do Loteamento Industrial, obra financiada a oitenta e cinco por cento, não estava convenientemente dotada, dado que na altura da aprovação do orçamento, esta candidatura não tinha sido aprovada e previsivelmente a receita da comparticipação deste investimento que, em termos orçamentais, prevê arrecadar em, dois mil e catorze, um milhão, trezentos e quinze mil euros, sob a base da candidatura. Quanto ao orçamento da despesa, a despesa global do orçamento teve um aumento global de um milhão, trezentos e quinze mil euros, sendo novecentos e cinco mil euros, para reforço do projeto da III Fase do Loteamento Industrial e quatrocentos e dez mil euros para reforço das rubricas que, anteriormente tinham servido para reforçar o loteamento industrial terceira fase. As transferências de capital porque, nas freguesias, para transferências correntes, para as mesmas, não cria qualquer tipo de aumento, estas despesas passam a ser, não de capital, mas para correntes, aquelas despesas que depois iremos debater nos pontos 2.6 e 2.7 são essas despesas que tiveram que ser transferidas de capital para correntes. O Plano Plurianual de Investimentos sofre também um aumento de, um milhão, trezentos e quinze mil euros, motivado pelo lançamento da terceira fase da Zona Industrial, embora o aumento desta infraestrutura, seja de novecentos e cinco mil euros, porque os restantes quatrocentos e dez mil euros, foram para compensar as rubricas que foram diminuídas para fazer face ao concurso do referido loteamento, ou seja, nós tivemos que alterar o Plano, retirando dinheiro de rubricas que tínhamos para poder por a concurso esta terceira fase e, só assim, agora, trazer-vos esta alteração do Plano e Orçamento. No entanto, não foram completamente compensadas essas diminuições mas, futuramente o serão, logo que a prestação de contas seja aprovada no mês de abril de dois mil e catorze. A Revisão do PAM – Plano Anual de ... tem a ver com as modificações das transferências para as freguesias que, de capital passaram para correntes e a respetiva repartição pelos quatro anos de mandato, ou

seja, elas já estão previstas ao longo dos quatro anos, as despesas de transferência para as freguesias. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Em resposta à sua pergunta, se havia alguma intervenção, inscreveu-se o seguinte deputado municipal: -----

▶ **JOSÉ PRETO** Uma vez que a metodologia de trabalho para apreciação dos pontos “2.2, 2.3, 2.4 e 2.5”, é a apreciação conjunta, na qualidade de líder e presidente da bancada do PSD, queria dizer que, de facto, nós votaremos favoravelmente estas deliberações que nos são aqui apresentadas, uma vez que a nossa interpretação daquilo que nos é proposto, é de todo, portanto, uma questão sensível e importante para o lançamento daquilo que se pretende e, como tal, apoiaremos e votaremos favoravelmente. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Colocou a votação os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos: -----

▶ **2.2 DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2014:** - Aprovado, por unanimidade. -----

▶ **2.3 DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2014:** - Aprovado, por unanimidade. -----

▶ **2.4 DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2014:** - Aprovado, por unanimidade. -----

▶ **2.5 DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2014:** - Aprovado, por unanimidade. -----

▶ **2.6 DELIBERAÇÃO SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO NAS JUNTAS DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS DO MUNICÍPIO:** - Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

▶ **PRESIDENTE DA CÂMARA** Conforme deliberação da Câmara Municipal do dia onze de fevereiro, que aprovou, por unanimidade, a transferência das competências para as freguesias, conforme estipulado na Lei n.º 75/2013, solicita-se à Assembleia Municipal a competente autorização, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, aprovação das minutas dos contratos interadministrativos, assim como os acordos de execução que totalizam quatrocentos e sete mil, cento e trinta euros. Posteriormente devem as Juntas de Freguesia aprovar os acordos e contratos e submete-los às assembleias de freguesia

para aprovação, só depois deste passo, os contratos e acordos por parte da junta e câmara municipal. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Colocou os pontos 2.6 e 2.7 da Ordem de Trabalhos para apreciação. Registaram-se as seguintes intervenções: -----

► **ILÍDIO MARTINS** Senhor Presidente da Mesa queria só felicitar o Executivo por ter finalmente, eu sei que foi por imposição da Lei n.º 75/2013, mas gostaria também que fosse por vontade e por aceder às recomendações aqui feitas, de há anos para cá, nesta Assembleia para que houvesse, de facto, um critério, um preceito para distribuição de verbas pelas assembleias, foi aqui defendido o critério demográfico, penso que foi confundido com o critério de eleitores, nem sempre corresponde, eu acharia muito mais correto, se atendesse ao número efetivo de residentes do que ao número de eleitores, porque como se sabe os sistemas eleitorais estão inflacionados e há muita gente que não vive aqui, poucos interesses têm cá, mas por um motivo ou outro, mantêm cá o seu recenseamento eleitoral ou até o transfere para cá por motivos que, muitas vezes, até sabemos quais são. Em qualquer dos casos, quero felicitá-lo, porque há um critério e é melhor que haja um critério, mesmo que mau, do que não haja critério nenhum. De qualquer dos casos também queria lamentar que estas questões venham na imprensa, sobretudo na imprensa paroquial, na imprensa regional, antes de serem tratados na Assembleia. Foi um vício que o anterior Executivo cultivou bastantes vezes, ir para a comunicação social publicitar coisas que mais tarde vinha aqui pôr à Assembleia. Esta Assembleia merece, deve merecer, da parte do Executivo todo o respeito inclusivamente o respeito de saber em primeira mão os assuntos que lhe dizem respeito, os assuntos que veem aqui propor à votação, portanto, escusavam de ir dizer para os jornais que já estava aprovado. Não convém. Os microfones das televisões e os repórteres da imprensa escrita, por vezes, induzem a certas situações nada agradáveis. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** Eu pegava precisamente nas palavras do meu antecessor, na intervenção e vou-me referir, essencialmente, de facto, ao foguetório que foi feito nos meios de comunicação. É que esta proposta pode até nem passar nesta Assembleia, mas já foi publicitada com toda a honra e ainda nem sequer foi aprovada na Assembleia, que é o órgão que tem as competências para o fazer. Era, essencialmente, sobre o foguetório que foi feito, com pompa e circunstância, acerca das verbas transferidas, que iria haver um aumento de quarenta e oito por cento, dito, aqui pelo senhor Deputado João Meira, na última assembleia. Analisados, os números, não nos parece que é bem assim, e eu vou explicar porquê. Se fizermos um apanhado dos últimos doze anos do

PSD e, acho que, quanto maior for o prazo, a base a que nos cingirmos para fazer a análise, mais rigorosa ela pode ser. Temos assim que; transferências para as Juntas, transferências diretas, os executivos do PSD, transferiram quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete euros, isto, dividido por doze anos, dá uma média de trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e nove euros, por ano, desde dois mil e dois para cá. Se esta Câmara transferir o que se propõe transferir só dá um aumento de sete por cento em relação às transferências que os Executivos do PSD transferiram diretamente para as Juntas de Freguesia, mas vamos mais longe e convém dizer que nesta altura as Juntas não tinham as competências que hoje tem, vamos aqui aprovar e que nos vão consumir parte desta receita, certamente, muito mais do que os sete por cento de aumento que temos sobre a média que era transferida no passado. Se a isto acrescentarmos as transferências que os anteriores executivos do PSD fizeram para outras instituições das freguesias, nomeadamente, fabriqueiras, centros sociais e paroquiais, por aí fora, temos um montante de seis milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e trinta e um euros que, divididos pelos doze anos, dão uma média de quinhentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta euros, por ano, mais de quarenta por cento do que aquilo que esta Câmara se propõe transferir neste mandato para as Juntas. É esta a realidade. Se quisermos particularizar e, a mim, interessa-me particularizar a minha situação, que me diz respeito porque também, aqui, nesta reunião, fui questionado quando pus a questão do que nos iria ser transferido, perguntaram-me, e o que é que recebias antes, no anterior mandato? Pois bem, eu respondo. No meu mandato anterior, a Junta de Freguesia de Bemposta recebeu duzentos e oito mil, novecentos e cinquenta e seis euros, ou seja, cinquenta e dois mil, duzentos e trinta e nove euros, por ano, mas aquilo que me propõem receber agora trinta e um mil, oitocentos e vinte e um euros, comparado com o que recebia anteriormente, acrescentando que agora vou ter mais competências para cumprir, a Junta de Bemposta leva um corte de sessenta e quatro por cento, ou seja, menos oitenta e um mil euros para este mandato. Esta é que é a realidade. Não percebo todo o folclore que foi montado em relação aquilo que se iria transferir para as Juntas porque, à partida até pode parecer significativa a verba, mas há uma coisa que eu quero alertar todos, esta verba vai-nos impedir de lançar em obras, como se fazia no passado através de protocolos. Não sei se a opção é boa ou má, só o tempo o dirá, até porque os anteriores executivos do PSD também já tinham tomado esta opção. Se formos aos valores de dois mil, do primeiro mandato, dois mil e dois, dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco, os valores, mais euro, menos euro são precisamente os mesmos que esta Câmara, agora, pretende transferir, freguesia a

freguesia. Por acaso dei-me ao cuidado de os analisar, a não ser naquelas que agora estão agrupadas, que já não é possível estabelecer o paralelo, mas são praticamente os mesmos valores que eram transferidos da câmara diretamente para as juntas no primeiro mandato. Portanto, com estes valores significa que recuamos no tempo doze anos, no que se refere a transferências de verbas, nada de novo. É que o que temos e é com isto que temos que viver. Se estas verbas são suficientes ou não, é assim, para a nossa gestão corrente têm mesmo que ser, porque se não nos derem mais, temos que viver com o que temos. Temos que o ajustar em função da disponibilidade que tivermos. Se nos podiam dar mais, se não podiam, esta é a grande questão e há aqui um aspeto que, se calhar, os responsáveis, os políticos dos executivos, não são estes, mas também os anteriores, fugiam dele, é que a grande verdade e legalmente, eu ainda não vi na lei e já, há uns anos que ando nisto, não vi nada na lei que explicita que a câmara tem que transferir para as juntas x ou y. Diz-se que, se transfere competências tem que transferir verbas, mas quantas verbas, onde é que isso está escrito? Onde é que está quantificado? Portanto, está sempre nas mãos do executivo. O executivo entendeu que os valores seriam estes. Há uma coisa que eu já disse antes, não nos podemos lançar em obras com este valor. Há uma coisa que temos que fazer, é exigir à câmara que seja a câmara a chamar a si as obras que é necessário executar nas aldeias e há obras urgentes que a câmara tem que tomar medidas urgentemente para as fazer, nomeadamente, e falo naquelas que mais me afetam, a remodelação da rede de águas da minha freguesia e sei que também há outras nas mesmas situações e outras obras que com estas verbas não conseguiremos fazer, portanto, nós aceitamos estes protocolos, estes valores, nestes pontos, mas vamos daqui para a frente estar ainda mais atentos e seremos ainda mais exigentes porque a Câmara terá que ter aqui um papel agora mais reforçado no que respeita à execução das obras. Se não temos protocolo para as executar, não as executaremos, terá que ser a Câmara a chamar a si essa responsabilidade. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** Quero aqui pedir desculpa à Assembleia exatamente pela forma como o jornalista, pelos vistos, já publicou e eu até não sabia disso, pelo facto de já ter sido publicitado. Eu tinha dito que primeiro teria que ser aprovado na Assembleia e só depois é que seria publicado. Relativamente ao facto do Deputado António Martins dizer que consegui aumentar sete por cento, fico muito contente. Essas contas são as vossas contas e eu já sei que o António é difícil de compreender os valores. Bemposta foi sempre muito favorecida ao longo destes quatro anos e tenho e podem dizer-me os vossos companheiros que estão aí por trás. Dizer-vos também que registo com muito agrado que, consegui aumentar em sete por cento quando, este ano, o nosso

corte, o município, do FEF, recebeu trezentos e cinquenta mil euros. Já agora também dizer-lhe que gostava que aqui explicitasse exatamente se as referências às transferências correntes e de capital, em relação, aquilo, que lhe foi transferido, capital e correntes para a Junta de Freguesia para nós percebermos o que estamos aqui a tratar porque esse valor é um valor comum. Bemposta recebeu e eu assim não consigo perceber. A Junta de Freguesia de Bemposta tem um protocolo, ou tinha. Um, terminou agora, em trinta e um de dezembro, já pagamos tudo, o outro, já lhe disse a si que temos que o fazer, não está englobado nisso. Agora se estamos a englobar nisto aquilo que não é, e o que estava aí a dizer-me que tinha aí não sei quantos milhões, o valor que eu não tive tempo de analisar, só essa questão dividimos aquilo que é de correntes e que é de capital. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** Para esclarecer aqui, acho que, não pode haver mais transparência do que esta porque, isto, é um documento dos serviços de Contabilidade da Câmara e diz: *“Transferências de capital freguesia de Bemposta desde 2002 a 2013, sede da Junta de Freguesia, quarenta e um mil e noventa e quatro euros; caminhos, mil e quinhentos; FEF totaliza cento e quarenta e seis mil, duzentos e dezasseis euros”*. Nos últimos quatro anos, a minha junta recebeu em dois mil e dez, quatro mil euros; em dois mil e onze, quatro mil euros; em dois mil e doze, quatro mil euros e em dois mil e treze, três mil euros. Se é essa a dúvida! Dívida da ADSE, dois mil e sete, onze mil euros; obras no cemitério, cinquenta e oito mil, cento e noventa e um euros; manutenção do pavilhão, quatro mil euros. Falta aqui neste quadro e, digo abertamente, porque a Junta, recebeu-os, mais seis mil euros, em dois mil e onze e mais seis mil euros, em dois mil e doze; casa mortuária, em dois mil e onze, quarenta e cinco mil euros, totaliza durante os doze anos, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e sessenta e sete euros. Mais algum esclarecimento? Isto, transferências para a Junta de Freguesia, não estão incluídas aqui transferências para as freguesias também, nomeadamente para a igreja de São Pedro Bemposta, dezassete mil, sessenta e sete euros, nomeadamente para o Centro Social e Paroquial de Bemposta, trezentos mil, cento e oitenta e quatro euros e mais oitocentos para outra obra que agora não consigo localizar. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Vamos passar ao ponto 2.6: -----

► **2.6 DELIBERAÇÃO SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO NAS JUNTAS DE FREGUESIA:** - Aprovada, por unanimidade. -----

► **2.7 DELIBERAÇÃO SOBRE O ACORDO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

E A JUNTA DE FREGUESIA OU UNIÃO DE FREGUESIAS: -
Aprovada, por unanimidade. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Vamos entrar no ponto seguinte: ----

► **2.8 APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** Este é um documento nosso e para nós. Devo dizer que foi feito e, neste momento, compete-me, a mim, na qualidade de presidente, agradecer ao grupo de trabalho que passou por ali umas horas para tentar fazer o documento da melhor forma. Tem algumas diferenças relativamente ao anterior. Há algumas diferenças também que nos foram impostas pela imperiosidade da lei, da lei 75/2013. Julgo que foi feito um trabalho com alguma qualificação. Gastaram-se uma série de horas para ver se realmente esta Assembleia pode ter o usufruto desse trabalho. Há umas mudanças. Penso que já registaram, pois estou convencido que o leram. Uma que é significativa, para além do que se encontra estatuído na lei, é o período de intervenção do público. Entendeu o grupo de trabalho, e muito bem, não sacrificar as pessoas que, porventura, queiram assistir ou intervir na Assembleia Municipal, como é de lei, estar aqui à espera que nós terminássemos a reunião e passamos isso para o período da manhã. Porventura, se tivermos público que o justifique nada impede também que *à posterior* se faça alguma alteração porque li regimentos, mas são regimentos ajustados à demografia de cada terra e há regimentos que têm períodos da ordem de intervenção do público meia hora de manhã e meia hora de tarde para possibilitar às pessoas que não possam ir de manhã, possam ir de tarde, mas, nós aqui com esta mudança poderá eventualmente funcionar melhor e, a preceito dos nossos munícipes. O grupo de trabalho está disponível para dar explicações. Obviamente, que não fará sentido, analisar ponto por ponto, votar ponto por ponto. É um documento com alguma extensão, com alguma profundidade e a mesa e o grupo de trabalho estão abertos à prestação de esclarecimentos. Inscreveram-se os seguintes deputados, António Cordeiro, Ilídio Martins e José Maria. -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** Venho intervir, porque fiz parte do grupo de trabalho e nesse sentido explicitar também o que já foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa. O anterior Regimento tinha algumas falhas e nesta revisão procuramos, entre todos, a maior parte, desfazer essas falhas. Este Regimento, quanto a mim, é um regimento bastante equilibrado, bastante bem feito, não quer dizer que não venham a verificar-se algumas lacunas no seu desenvolvimento. De qualquer modo, ele respeita a lei e penso que, neste momento, é um documento que se vierem aparecer lacunas, eu suponho que a mesa terá competências

suficientes para as ultrapassar. Não vou falar mais sobre o assunto. Pensamos que, na sua generalidade, deverá ser aprovado por todos. -----

► **ILÍDIO MARTINS** São dois ou três apontamentos que, espero, contribuam para a clareza e melhor inteligibilidade do documento. Felicitar o Senhor Presidente pela escolha acertada que fez para a comissão de revisão. Estão na comissão de revisão pessoas que, pela sua formação, pela sua experiência profissional, pela sua passagem por diversos cargos políticos e administrativos dão garantia de que a obra saía adaptada às necessidades da nossa Assembleia. Agradecimentos pessoais a todos os intervenientes da feitura deste documento. Seria fastidioso votar ponto por ponto. Só duas ou três achegas que, eu penso que sejam questões de pormenor. No n.º 2 do artigo 1.º “... *a Assembleia Municipal de Mogadouro é composta pelos Presidentes das Juntas de Freguesia...*” e onde está presidentes das juntas de freguesia, seria cordial acrescentar e de Uniões de Juntas de Freguesia. Se a lei diz isso, eu retiro. O artigo 17.º trata das faltas. Repete-se o que estava consignado no Regimento anterior, isto é, “... *considerar-se-á faltoso o Senhor Deputado que maior ...apoio no serviço municipal não esteja presente*”. Eu interrogo-me se não seria mais correto estabelecer, embora o Senhor Presidente da Mesa possa fazer a chamada quando muito bem entender, quando a sessão tiver duas partes, fazer a chamada obrigatoriamente e ter algum cuidado em verificar se está ou não está presente porque, eu posso estar aqui às nove e meia e às dez e quinze ir-me embora e aparecer às dezassete e quinze e depois ganhar assim uma senha de presença, não será muito cordial que possa acontecer isso. Eu tenho aqui uma redação proposta mas, se entenderem que não vale a pena mexer nela não a sugiro. Caso entendam, eu sugiro. Eu acho que também não está muito explícito os números 1 e 2 do artigo 18.º “*Para efeitos que certamente lhe é devido pela força deste regimento, os membros da Assembleia Municipal tomam a designação de deputados municipais e grupos municipais*”. Os membros não tomarão a decisão dos grupos municipais. Deverá ser escrito o seguinte: “*Os membros tomam a designação de deputados municipais e os grupos respetivos, a de grupos de deputados municipais*” porque assim está a atribuir-se a uma individualidade que é um membro uma designação de grupos. E os grupos a constituir terão a designação de grupos municipais. A minha observação é esta: “*Para efeitos de tratamento que lhes é devido e por força deste Regimento, os membros que constituem a Assembleia Municipal tomam a designação de deputados municipais e grupos municipais*”. Como é que nós, membros, cada um, individualmente, podem tomar a designação de grupo municipal? Acho que não está correta a redação. Fica a sugestão. -----

- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Eu gostaria que o grupo de trabalho se pronunciasse se tem alguma coisa a sugerir acerca deste melhoramento que o Senhor Deputado Municipal está a introduzir. Eu, da minha parte, considero pertinente porque, de facto, o n.º 1 poderia ficar *“para efeitos de tratamento que lhe é devido por força deste Regimento, os membros que constituem a Assembleia Municipal tomam a designação de Deputados Municipais e a dos grupos respetivos, a de grupos de deputados municipais”*. E os grupos a constituir... Nós, aqui, não temos o grupo municipal dos presidentes de junta, mas podem constituir-se. -----
- **ILÍDIO MARTINS** Não, não isso é outra pretensão. Eu falei sobre o assunto com o Senhor Presidente no outro dia mas não sei onde o senhor foi beber essa coisa. Não tem a mínima lógica. O que tem lógica é que os Senhores Presidentes de Junta do partido A com os deputados eleitos do grupo A façam grupo parlamentar. Os senhores deputados municipais do grupo A fazerem um grupo e os senhores deputados, por inerência de funções do mesmo partido fazerem outro grupo não tem a mínima lógica. -----
- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Aqui grupos municipais poderão ser, eventualmente, grupos independentes. Se os houver, por aí fora, isto só está aqui precisamente porque a lei permite isso e se formos ver a Lei 75/2013. Eu colocaria a questão ao grupo de trabalho. -----
- **JOSÉ PRETO** Se me é permitido utilizar a palavra neste ponto precisamente à questão levantada pelo Deputado Ilídio Martins, numa leitura atenta ao ponto 1, penso que é correta a interpretação que ele faz e que, de facto, tirar aqui os grupos municipais, porquanto isso está salvaguardado no ponto 2 – *“Designação de tratamento”* o tratamento que lhes é dado, mas levanta-se esta questão são membros ou deputados municipais, é esta a questão que se quer esclarecer. -----
- **JOÃO MEIRA** Nós concordamos com esta questão e, a redação que foi inicialmente proferida pelo senhor Deputado Ilídio é pertinente. -----
- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Tomam a designação de membros, ponto final e param. Mais alguma questão? -----
- **ILÍDIO MARTINS** No n.º 3 do artigo 18.º *“Os membros eleitos da junta de freguesia, eleitos por cada partido, ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeito de constituição de grupos municipais nos termos da lei do regimento”*. O artigo 26.º, n.º 3 *“A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de 3 dias e máximo de 10 depois da sua convocação”* eu não sei se queriam acrescentar dias úteis porque três dias não úteis, pode implicar nenhum dia. Sábado, domingo e carnaval

três. Se pusessem úteis seriam mais. Não vale a pena estar a mexer. No artigo 26.º, não percebo, porque é que põem uma limitação máxima de dois mil e quinhentos proponentes para uma sessão extraordinária. A redação do artigo 31.º está pouco feliz. Eu proporia a seguinte *“A sala de reuniões será, dividida longitudinalmente em tantas partes, quantos os grupos parlamentares ou de cidadãos independentes, cabendo, a cada um esse espaço”*.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Ponto bem ponderado para o caso de nascer um grupo independente. Assim dá total satisfação a qualquer situação que possa surgir. -----

► **ILÍDIO MARTINS** Posso passar ao artigo 39.º *“Distribuição prévia de documentos. A ordem do dia é entregue a todos os membros com a antecedência sob a data da reunião de pelo menos 48 horas”*. Eu pergunto ao Senhor Deputado António Ribeiro, se as convocatórias não têm que conter obrigatoriamente já a ordem do dia? -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Não obrigatoriamente. Devem conter. O que é que acontece. Isto já aconteceu com esta Câmara e aconteceu muitas vezes com a Câmara anterior. Há questões pontuais que são resolvidas, por exemplo, numa sessão de câmara e a assembleia é no outro dia e muitas vezes o que é que tem acontecido. Já tem acontecido colocar as questões da ordem do dia na mesa, no próprio dia. Aqui criamos esta situação porque está na lei. A ordem do dia tem que ser apresentada, pelo menos com quarenta e oito horas de antecedência. O que significa que se ela não for apresentada com essa antecipação, a assembleia ou a mesa, pode rejeitá-la e passará para uma próxima sessão. Tem havido um bom entendimento entre os dois órgãos. -----

► **JOSÉ PRETO** Queria lembrar que foi constituído este grupo de trabalho que nele participamos com todo o empenho e enorme prazer também não foi fácil, mas foi consensual a discussão dos assuntos relativos à revisão do regimento e a metodologia de trabalho e depois evidente lançamo-nos no trabalho que aqui vos apresentamos, sendo que admitimos, como é humano porque, errar é humano, que haja, um, ou outro lapso resultante também do cansaço que, estas coisas colocam sempre nos ombros das pessoas. Depois de apresentado, discutido e aprovado há sempre a possibilidade de este Regimento, se verificarmos que não é eficaz, voltar a ser revisto nos pontos que se verifique que assim é. Relativamente a este último ponto que o Deputado Ilídio Martins aqui trouxe, o Código do Procedimento Administrativo, relativamente aos assuntos da ordem do dia, prevê que possam ser introduzidos na ordem de trabalhos só que o Senhor Presidente tem sempre que colocar à consideração do órgão, se este aceita ou não que a integrem e sejam discutidos e deliberados na

própria reunião. Se assim não for, não pode. É de lei. Depois, eu queria, foi o que me trouxe aqui, o artigo 38.º - ponto 5, se calhar, precisávamos aqui de tirar alguma ambiguidade existente, acrescentando apenas que podem utilizar até cinco minutos, por cada assunto. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Vamos passar à votação do assunto sobre o Regimento da Assembleia Municipal para depois providenciarmos a sua feitura em livro, tal como existia anteriormente: Aprovado, por unanimidade. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Temos aqui na Mesa, uma proposta que diz assim: “*O Grupo Parlamentar do PSD e do PS com assento nesta Assembleia propõe os nomes dos Presidentes de Junta – Manuel Maria Sousa, pelo PSD e José António Freitas, pelo PS, para fazerem parte da Assembleia Distrital respetivamente como primeiro efetivo e primeiro suplente*”. É uma lista consensual para representar um órgão que tem os dias contados, segundo diz a imprensa, todavia está previsto na Constituição enquanto não for tirado. A anuência das pessoas não é muita, tem criado algum problema, mas tem que ter um orçamento para sobreviver. Este ano ainda nem sequer tem orçamento, porque as pessoas ficam de ir e não vão depois gera-se ali a falta de quórum, o que é aborrecido para as pessoas que se deslocam de Lisboa, acarreta despesas desnecessárias, eu só peço, os Senhores Deputados quando forem convocados para desempenharem estes cargos que participem. Se são eleitos e convocados para desempenharem os cargos compareçam. Esta lista traduz bem a vontade de querermos estar presentes num órgão distrital que a Constituição exige e até lá temos que ser cumpridores dos nossos deveres. -----

▶ **ANTÓNIA CARDOSO** É só para dizer que, realmente quem se propuser, que desempenhe bem as funções e que, de facto, esteja presente e olhe pelos interesses porque depois vêm aqui reivindicar interesses, ou dinheiros ... Eu tenho conhecimento que, na ANAFRE, no Congresso, foi proposta uma moção para anular a Lei 75/2013 e que foi aprovada por larga maioria, apenas com dez abstenções e quatro votos contra, portanto, não sabemos ainda o que irá dar. -----

▶ **2.9 ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E DE PELO MENOS UM SUPLENTE PARA FAZER PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Aprovada, por unanimidade, a proposta que contempla o Senhor Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Maria Sousa, para primeiro efetivo e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia José António Freitas, para primeiro suplente. -----

▶ **2.10 OUTROS ASSUNTOS** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Havendo tempo, abro, um período de intervenção, em que os Senhores Deputados podem usar da palavra, até cinco minutos, cada intervenção: -----

► **SANDRA MESQUITA** (Cumprimentos). É a primeira vez que o faço e, não posso deixar, de os felicitar e desejar sucesso no trabalho. Que o vosso trabalho seja no âmbito de responder às necessidades das pessoas, às necessidades a nível das infraestruturas do nosso município, a fim de obtermos os melhores resultados e o melhor bem-estar de todos que envolvem. O que me traz aqui é a questão, é simplesmente, o facto, de me pronunciar que não estive presente na sessão anterior, no período da tarde. Apareci e, é com bastante tristeza que o meu nome foi aqui abordado perante uma arrogância de observação vinda da bancada, onde, passo a recitar os seus dizeres: *“Se me permite gostaria de saber qual era a situação da senhora Deputada Sandra, da parte da tarde”*. Primeiro lugar, o texto está mal redigido porque é a situação do presente, *“... qual é a situação da Deputada Sandra, da parte da tarde”*. Aí está um erro ortográfico. Eu não poderia deixar de me pronunciar sobre este assunto, mas eu gosto e quero dizer que é óbvio, sei o lugar que ocupo, sei ser e estar e sabia que não tinha direito a senha de presença. Vim, aqui, sim, porque sou uma pessoa preocupada e interessada em saber o ponto da situação dos assuntos e trabalhos de interesse para este Município. Deixo bem claro que para quem não me conhece não é novidade saber que eu não aceitei ser deputada, membro desta assembleia para fazer só número, ou com interesse, sim, de aceitar uma simples senha de presença, fora a parte respeitante, obviamente, o seu valor estipulado pelo valor da senha de presença, estou aqui simplesmente pela colaboração nos trabalhos que decorram da melhor forma para o nosso município porque acho que aí criou um bocado de confusão o lugar que devia ocupar, ou aqui, ou no público. Eu sei precisamente o lugar que ocupo, obviamente, se estiver sentada aqui na minha bancada, eu não fazia nenhuma intervenção, porque eu sei que não tinha direito a essa intervenção. Que fique bem claro e que há situações aqui semelhantes que acho que aqui já é a humanidade da pessoa, o humanismo da pessoa que não vamos apontar dedos a ninguém, por exemplo, no decorrer desta sessão já saíram pessoas, ausentaram-se mais de meia hora e ninguém lhe vai apontar o dedo porque têm motivos pessoais e particulares para o fazer. Acho que isto deve ser legível para ambas as partes para quem está aqui no decorrer dos trabalhos. Por outro lado, relativamente à assembleia, de hoje, no decorrer dos trabalhos, com as propostas e os assuntos que apresentamos, com as devidas preocupações para o desenvolvimento do Município, fico muito contente com o poder de resposta obtido pelo Executivo. Senhor Presidente, eu gostaria de deixar duas notas de

recomendação relativamente às árvores decorativas e que fazem o embelezamento na avenida Nossa Senhora do Caminho. Seria realmente testar se o tipo de vegetação está adequada às intempéries do nosso tempo, ou seja, do nosso clima, porque já não é a primeira observação que me fizeram, pessoas que, com certeza, são entendidas neste tipo de plantações, que este tipo de árvore não se adapta ao nosso clima ou porque, este ano foi um ano bastante chuvoso, mas nós também temos anos de bastante seca, neve, isso e, em virtude de ser tão elevado o seu custo, seria, se calhar, necessário rever outro tipo de árvore que embelezasse na mesma, mas que tivéssemos melhor proveito a nível monetário. A segunda recomendação. Fico contente, em saber que o Senhor Presidente deu aqui uma avaliação muito positiva em relação à situação das Finanças porque a situação das Finanças é muito preocupante porque estamos a lidar com uma instituição que mexe muito serviço centralizado em Mogadouro, mas com postos de trabalho. Fico contente com a sua preocupação e o aval que nos deu positivo das Finanças ficarem cá e permanecerem no nosso Município só que também penso que seria um reforço positivo pensar que as instalações onde estão agora sediadas as Finanças, se calhar, transferir para poupar uma renda e para que de hoje para amanhã voltem a tocar na situação, não ficarem cá e serem descentralizadas para outro concelho, ou seja, os edifícios que estão menos aproveitados neste momento em Mogadouro, se calhar, a escola primária, o antigo BES, uma preocupação de restaurar esses edifícios para acoplar as Finanças ou outra instituição que possa mexer outra vez na situação de poder sair daqui do Município. Desejo a todo os Senhores Deputados um feliz e santo carnaval. -----

► **PAULA MIGUÉIS** (Cumprimentos) Venho falar de um assunto que já foi aqui debatido pela colega Antónia. É verdade que chove nas salas. Sei que o Senhor Presidente já está dentro do assunto. Tem mandado lá funcionários, mas é com urgência porque, neste momento, é a chuva, amanhã é o calor e o calor não se suporta dentro das salas de aula. Temos uma porta lateral. Temos janelas, mas o ar não entra. Também queria falar aqui de um pequeno problema que não é só meu interesse, é de interesse também de várias pessoas que passam por ali, é o caminho que vai à escola primária. Há um caminho que corta, que é terra devido às condições climatéricas que tem feito, de chuva, aquilo está bastante degradado e, eu pedia, se fosse possível, por um bocadinho de terra, tapar aqueles buracos porque para fazer uma estrada tínhamos que pedir um alargamento e devido às despesas, não vale a pena. Chega bem por lá umas pedrinhas. -----

► **DEPUTADO MEIRA** Na última reunião foi apresentado um pedido pelos grupos parlamentares. Qual era a situação desse mesmo pedido. O

pedido tem a ver com material para esta assembleia. Por outro lado, não é pôr, as pessoas falarem mais alto, que têm razão. -----

► **ILÍDIO MARTINS** Queria pedir desculpa à Deputada Sandra Mesquita por não ter ouvido a sua intervenção. Tive que sair por instantes. Irei lê-la na ata. Apercebi-me pelas palavras finais do Senhor Presidente da Assembleia que, parte da sua intervenção seria focada ao incidente da reunião anterior. Queria lembrar ao Senhor Deputado José Maria, que levantou uma questão em relação a outro deputado municipal. Fez bem, só que se esqueceu de olhar para o outro lado. Esqueceu-se de olhar para a sua esquerda e seria bom para o andamento dos trabalhos que toda a gente tivesse estado presente. Para bom entendedor, meia palavra basta! O Senhor Deputado Daniel Ribeiro fez nesta sessão e na reunião anterior uma análise exaustiva do que se passa no concelho. Fez uma análise dos últimos três meses. Confessou-nos que era um homem de direita. Fica-lhe bem confessar e, eu a pensar que o seu partido se chamava social-democrata. Desculpe lá! Também, na última sessão, o Senhor Deputado José Maria fez um apelo ao humanismo do PSD. Eu já andei por aí a rebusca-lo e não consigo encontrá-lo. Se me disser onde é que está isso plasmado, eu agradeço-lhe. Nos tempos de Sá Carneiro, de Carlos Mota Pinto, de Emídio Guerreiro, dou de barato que sim. Desses tempos para cá não vejo coisas de jeito, mas para a frente é que é o caminho. Foi aqui feita a observação de que esta Câmara estava a travar projetos anteriores e a modifica-los. Ainda bem. Os Senhores deviam estar satisfeitos. Quem é que não andou por aí a reclamar mudança segura. Aqui a têm. Se queriam uma mudança aqui a têm. Não era o que diziam os vossos cartazes de propaganda. A resposta está dada. Passando a assuntos um bocadinho diferentes. Queria regozijar-me e louvá-la pela clareza da ata em minuta que aqui foi aprovada. Parece uma ata em minuta bem esclarecida. Queria lamentar que à semelhança do que se passou em muitas outras reuniões desta Assembleia também aqui, hoje, saio daqui sem respostas áquilo que perguntei. O Senhor Deputado José Maria disse que ficou atónito com a minha observação, e eu só não fico espantado porque não tenho classe para ficar atónito, fico só espantado, ou melhor fico de boca aberta, porque dá a ideia que, ou o Senhor Deputado José Maria não leu a ata do executivo, ou eu não soube lê-la. Aqui, de facto, a Câmara não deu dinheiro para pagar dívidas. A Câmara atribuiu um subsídio. Quem falou em pagar dívidas e confundiu dívidas de um partido com uma instituição desportiva e cultural foi o Vereador Pimentel, não fui eu. Senhor Presidente, quero felicitá-lo, porque parece que já está a dar voz ao que esta Assembleia disse em mandatos anteriores. Já há alguma coisa que se vê de cumprimento dessas sugestões e, eu atrevo-me a repetir algumas, por exemplo, seria bom que uma vez que vão ser feitas obras de embelezamento no Juncal que se

desse um destino definitivo, o derrube da antiga casa da Agueira que esteve destinada para restaurante de apoio ou coisa assim parecida. Há cerca de três ou quatro anos, foi-me respondido pela Câmara Municipal que não valia a pena preocupar-me com isso porque ia ser logo, na semana a seguir, derrubada, ainda lá está. São questões que vão preocupando as pessoas. Também seria bom que a Comissão Toponímica reunisse e começasse a pensar na toponímia da Terra. Seria muito bom e, eu até gostava que, se fosse possível, o Senhor Presidente da Câmara me fornecesse as atas das reuniões da Comissão de Toponímia dos últimos oito anos, se possível. Era ótimo que isso acontecesse para nós sabermos com o que se pode contar. Recebi o Boletim da Agenda Municipal. Não ande a gastar dinheiro com essas coisas. As agendas e os boletins municipais são obrigatórios, mas não o luxo, o papel *couché*, as fotos do Senhor Presidente e dos Vereadores a inaugurarem obras ou coisa nenhuma. Isso não é obrigatório. É um desperdício do erário público. Que se faça, mas com moderação aquilo que é obrigatório. Olhe, Senhor Presidente era muito mais útil que se poupasse esse dinheiro e se fornecesse, a cada café, de cada aldeia, um jornal diário e um jornal desportivo para pôr as pessoas a ler do que gastar dinheiro com a impressão luxuosa. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** De referir que não sei, ou se sei não está muito claro o contrato que foi celebrado com os transportes escolares. Para ser repensado, se puder ser a rede escolar. Há crianças a sair de casa demasiado cedo, com uma hora de antecedência, chegando aqui às oito horas e trinta minutos para terem aulas às nove. Os autocarros não estão nas melhores condições. Estão velhos, metem frio e eu acredito. Outra coisa, um adulto para acompanhar as crianças. O Executivo anterior começou com isso, depois alteraram o contrato. São crianças entre os cinco e os dezoito anos. Onde começa a aparecer palavras e gestos obscenos e queixas de pais, penso que devem tomar conta disso. -----

► **ANTÓNIO GONÇALVES** (Cumprimentos) As vacas gordas dão muitos bifos, as magras dão poucos. Senhor António, até aqui tem estado muito perto da fogueira. É bom ver que, neste tempo de vacas magras, a Câmara recebeu menos e tenha sido capaz de distribuir mais, mas quando essa distribuição é feita com critérios absolutamente transparentes é muito melhor. Na qualidade de munícipe e freguês do Urrós e, em nome da sua população, o meu, nosso muito obrigado. Espero, melhor, tenho a certeza que este dinheiro será aproveitado até ao último cêntimo, já que há outros que não poderão sê-lo, nomeadamente, os do seu património que o Senhor Belarmino Silvestre Pinto, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Urrós não quis ou não soube aproveitar. Este programa poderia ter contribuído para a coesão

social da freguesia já que, os quinhentos e onze euros mensais, atribuídos a cada participante resolveria algumas carências económicas e iria contribuir para o bem-estar da população e para o desenvolvimento local já que os seus participantes poderiam desenvolver durante um ano os mais variados trabalhos na área da freguesia. Penso que faltou vontade ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Urrós para implementar o programa, pois há pessoas com as condições exigidas para participar no programa e trabalho para fazer naquela freguesia é o que não falta. Todos os membros, de todas as autarquias têm o dever de promover o bem-estar da população e o progresso e o desenvolvimento da sua Terra. Ninguém nos obrigou a vestir a camisola de autarcas mas, tendo-a vestido e ocupando lugares executivos, há que suá-la, há que elaborar projetos, constituir parcerias, procurar os meios capazes de desenvolver a nossa Terra. Não podemos esperar sentados que tudo venha ter connosco. É preciso ir à procura. Senhor Belarmino Silvestre Pinto, peço-lhe que se levante da sua cadeira da presidência e procure, como de resto é sua obrigação, tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento de Urrós e, se não for capaz não se envergonhe. Peça ajuda, porque Urrós vale mais do que todos nós. Muito obrigado. Aos Senhores Deputados, José Maria Preto e Daniel Ribeiro, gostaria de dizer que este programa, se convenientemente aproveitado por todas as Juntas de Freguesia do Concelho e Instituições diversas que a ele poderiam candidatar-se iria contribuir para a diminuição do marasmo, da estagnação e da ausência da vida económica, social e cultural do concelho que o Senhor refere. Obrigado. -----

- ▶ **BELARMINO PINTO** (Cumprimentos) Eu venho, aqui, e em poucas palavras, dizer que o Senhor Deputado António Gonçalves me leva a crer que não conhece Urrós ultimamente e parece que, como regressou a Urrós, há poucos anos, provavelmente não conhecia Urrós nesse período, mas muito tem sido feito em Urrós. Com certeza que gostaríamos de fazer mais, mas, sem sangue não se fazem morcelas e, muito foi trabalhado em Urrós, e quero-lhes dizer, meu caro amigo, o Senhor falou que era preciso suar, estamos para ver, futuramente, o que é que vai ser feito em Urrós e o Senhor vai ter muito que suar para fazer e para marcar e deixar as marcas que eu já deixei. Se, eu, hoje largar este lugar, mas também sigo, eu não caí em Urrós porque o para-quedas se rompeu, meu caro amigo, eu já levanto a bandeira de Urrós há sessenta anos e o Senhor, sabe bem, e pode crer que, é verdade, e o Senhor reconheça que o Senhor não conhece verdadeiramente Urrós, mas muito foi feito em Urrós e muito se vai continuar a fazer, se realmente tivermos apoio da Câmara Municipal e quero-lhes dizer que estou para ver, futuramente, aquilo que o Senhor vai fazer e aperte bem as botas, porque às vezes pode pisar os cordões. Fico por aqui. Muito obrigado. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** Senhor Deputado Gonçalves, vacas gordas e vacas magras. Nem podia bater a melhor porta. Disso sei eu. As que dão bom bife e as que não dão. Sabe que a vaca gorda do concelho é mesmo Bemposta. Bem pode a sua freguesia e as outras agradecerem a Bemposta porque Bemposta é, de facto, a vaca gorda. Se calhar o Senhor não sabe porque me diz, ali, o Senhor Presidente da Junta, o seu Presidente de Junta, o Senhor não conhece Urrós, nem conhece a realidade do concelho, mas fique sabendo que uma boa parte do orçamento da Câmara provem das receitas que a EDP paga à custa da barragem de Bemposta, portanto, a Junta de Bemposta é mesmo a vaca gorda nesse aspeto. Recebe mais a Câmara Municipal das rendas da barragem de Bemposta do que aquilo que nos vai transferir este ano para as freguesias todas, fique ciente. E não trate esses assuntos, quer das vacas gordas, quer os da sua freguesia com esse rancor, porque as coisas não são tratadas dessa forma. Mas, enfim, o ressabiamento pelas derrotas deixa destas coisas, destas marcas. Em eleições, as maiorias é que contam e o povo é quem manda nestas coisas. Tem que compreender isso! Não era este ponto, mas veio a talhe de foice. Senhor Presidente, já que falou no protocolo de Bemposta, era para lhe relembrar, pelos vistos não está esquecido e ainda bem, eu esperava já tê-lo visto nesta assembleia porque ele carece de ser aprovado pela Assembleia Municipal, penso eu, se não veio nesta, pelo menos na de abril seria conveniente que fosse aqui trazido para ser aprovado. Queria aqui também destacar a forma de fazer oposição nesta assembleia e, hoje, foi dado um exemplo de como é que se faz oposição, votando a favor aquilo que se tem de votar, criticando o que tem de se criticar, aliás, já na primeira assembleia tínhamos dito que a nossa postura seria essa e, há-de continuar a ser essa, com certeza. Agora não nos inibiremos de chamar a atenção daquilo que tem que ser chamado e criticar o que tem que ser criticado, aliás, é desta discussão, costuma-se dizer, que da discussão nasce a luz e eu, concordo com isso, desde que as coisas sejam feitas de forma construtiva. A questão da escola já foi aqui falada e abordada muitas vezes. Eu só queria lembrar, segundo sei, a escola tem uma garantia, apesar de ser nova tem uma garantia por cinco anos. Se não está em condições, tem que se exigir do empreiteiro que a ponha em condições, está dentro do prazo de garantia. Como qualquer coisa que está dentro de garantia, o Executivo deve esforçar-se ao máximo para que a escola esteja em condições. Ainda não foi feita a receção definitiva, penso eu, e as coisas têm que ficar a funcionar. Aconteceu, recentemente com o pavilhão de Bemposta que, ao cumprir os cinco anos, foi feita a última vistoria, fomos informados por um funcionário da câmara, um fiscal, que iria ser feita a vistoria. Chamamos atenção das anomalias que lá havia, havia umas pequenas infiltrações das caleiras e

uns problemas numas lâmpadas que tinham fundido, foram repostas antes de ser feita a receção definitiva. Penso que com a escola, seja muito, ou seja pouco, deve ser feito precisamente isso. O Executivo tem que estar atento e ser exigente com quem construiu a obra até a deixar em condições. Senhor Ilídio Martins, falou, aqui, ali para a esquerda, não sei se estava a referir-se a mim se não, porque se há pessoas que prezam em estar o tempo todo nas assembleias, serei eu. Saio quando tenho necessidades fisiológicas e para atender o telefone. Não percebi sinceramente essa de olhar ali para a esquerda, mas à esquerda do Professor José Maria, era eu que estava, apesar de, eu, também ser um homem de direita, estava ali à esquerda do Professor José Maria. Penso que seria para mim, não percebi a crítica. Quanto ao humanismo do PSD, se o Senhor não o vê também não me surpreende porque ele, de facto, não está ao alcance nem à vista de todos. O que queria tratar, aqui, consigo é outro assunto que resulta também de uma leitura atenta que eu sei que o Senhor Deputado também faz as leituras atentas do executivo. Eu também fiz aqui uma leitura atenta da última sessão e confesso que aqui me passou este assunto. Quando o Senhor faz uma afirmação em relação aos Vereadores do PSD, que tiveram uma afirmação “... *que as últimas eleições do dia 29 de setembro não foi uma vitória de uma forma muito clara*” e o Senhor recomenda aos Senhores Vereadores que houvesse a humildade de reconhecer a vontade do povo do concelho. Eu acho que a sua chamada de atenção é muito bem feita e é muito pertinente, só que falha redondamente o alvo. Eu não me recordo, em muitos anos, de nunca ter visto nenhum eleito do PSD desrespeitar a vontade do povo, mas recordo-me de o Partido Socialista, no poder, o ter feito, a sua bancada e se, olhar em redor, na sua bancada, ou no conjunto do executivo camarário ainda encontra pessoas que foram responsáveis pelo maior atropelo, pelo maior desrespeito da vontade do povo em eleições quando, aqui, há uns anos, em Brunhosinho, a lista candidata ao plenário, apoiada pelo PSD ganhou as eleições, e o PS, no poder, na altura, deu poder à lista apoiada pelo PS, portanto, esse foi o maior desrespeito que eu me lembro e que há memória neste concelho. Não me lembro de nunca nenhum eleito do PSD ter desrespeitado a vontade do povo em eleições e a prova está aí. Perderam mas, assumiram os lugares e, digo mais, se calhar o visado até era o Senhor Pimentel e, se há pessoas que estavam ilibadas de assumir o cargo de vereador, era ele, que, ele, nem concorreu a vereador, ele concorreu a presidente e assumiu o cargo de vereador, com muita honra e está aí. De facto, a sua chamada de atenção, no momento atual e com o poder atual, de facto, é muito pertinente e é bom que o tivesse sido, agora tem é que mudar o alvo e apontar baterias ao Partido Socialista.-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** Antes de iniciar a intervenção, bem-haja, Deputada Sandra Mesquita pelas palavras que me dirigiu pessoalmente e ao Executivo. É sempre muito bom ouvir exatamente palavras como as suas. Quanto à recomendação, ela será tida em conta. Eu também sou um defensor de árvores da nossa região e, não, daquelas mas, o que nos foi transmitido é que tínhamos que colocar aquelas árvores porque havia um acordo, enfim ... esse acordo, passamos à frente. Havemos, com mais tempo de o descobrir. Quanto às Finanças, eu não referi aqui mas, uma das coisas e das propostas que fiz ao Senhor Diretor foi a oferta de instalações, só não digo o local porque, ele, até ao momento, ainda não me deu a resposta mas foi logo exatamente e daí a possibilidade, se calhar de abrangermos mais concelhos. Percebeu o que eu queria dizer. Foi logo das primeiras coisas que temos que tentar resolver, não só Finanças como à Segurança Social, também estamos nesse impasse neste momento. As recomendações da Deputada Paula Sá. É evidente que as teremos que ter muito em conta. Nós só temos feito reparações para que dentro da normalidade. Quanto àquela questão que têm lá na sala, a empresa tem que vir imediatamente a reparar os danos que estão ali causados porque está ainda em garantia e a Câmara só tem andado ali a dar um jeitinho, mas é essa a nossa intenção para que aquilo não esteja tão mal. Quanto ao calor, isso é um bocadinho mais difícil, mas teremos de chegar a um entendimento sobre o que é que se poderá ali colocar, no sentido de que não haja tanto calor, tão abundante como acontece. No caminho já, lá andamos este ano junto com a freguesia mas, à tarde, se o tempo permitir, vamos lá dar-lhe um jeitinho. Eu não sei se está a chover se não. Senhor Deputado Meira lamento informá-lo, mas na reunião da passada terça-feira, o Executivo, por unanimidade, entendeu não aceder ao vosso pedido, ao pedido da assembleia, dado os custos que isso trazia inerentes para o município relativamente ao equipamento que nos pediam. As sugestões que o Senhor Deputado Ilídio Martins nos transmitiu também lhe agradeço imenso. Serão tidas em conta. A casa da Quinta da Agueira é uma preocupação. Já pedimos que nos dessem algo, se fosse possível, sem derrubar a casa. Estamos à espera que tecnicamente se é ou não é possível, mas se outra razão tivermos para não o fazer terá que ser mesmo essa porque aquilo, de facto, envergonha ali um bocadinho o Complexo e todo aquele espaço nobre que ali temos. Toponímia, boletim municipal e agenda, teremos em conta exatamente o tipo de papel. A agenda cultural que lançamos a concurso, foi concursada, mantém-se o prazo este ano mas, para o próximo ano, teremos que repensar nisso, seriamente, na qualidade do papel e aí estamos a poupar exatamente dinheiro. Quanto à Deputada Antónia, levantou aqui uma questão que eu próprio quando aqui cheguei fiz esse alerta, que era, porque é que nós não tínhamos nos nossos transportes,

digamos, que um guia. Foi-me dito que não podemos trazer guias, porque também fazem transporte de passageiros. Os autocarros temos tido, semanalmente, a preocupação de fazer chegar à empresa aquelas preocupações que têm sido diariamente e aquilo que menos bom está. Têm estado a resolver algumas situações, outras não tão bem quanto nós queríamos, porque andam aí alguns autocarros que nos parecem um bocadinho já ultrapassados no tempo, mas foi promessa da própria empresa que iam tentar resolver isso ainda no decorrer deste período letivo. Penso que não tenho muito mais para dizer. Penso que respondi aquilo que era. A questão da garantia mantém-se e nós, professores e alunos é que estão lá dentro. Já agora não sei se já receberam o convite das Amendoeiras em Flor, que já deve ter ido pelo correio que funciona no fim-de-semana de um a vinte e três. Este ano, é diferente porque nós, atividade cultural mesmo, só temos no fim-de-semana de vinte e três porque é entendimento com os concelhos de Freixo e Moncorvo. Foi assim que decidimos, só um fim-de-semana para cada, de forma a conseguirmos aqui também um intercâmbio da região. Desenvolve-se entre todos, não só connosco, isolados. -----

► **JOÃO MEIRA** Só para questionar o Senhor Presidente da Câmara. O tal acordo que ele disse. Se a plantação das árvores é um dever do empreiteiro, qual é o acordo que existe para ser a câmara, caras como são as árvores, ter colocado as que lá colocaram. -----

► **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** — Não houve público para intervir neste período. A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, fez a leitura da ata da presente sessão. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** Informou os Senhores Deputados sobre a questão das comemorações do 25 de abril ao grupo de líderes que se manifestou favoravelmente à concretização dessa efeméride. Irá ser elaborado um programa sobre as comemorações. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Ata em minuta. -----

-----Finda a leitura da Ata o Presidente da Assembleia põe à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

-----Às treze horas e trinta minutos, o Presidente da Mesa deu por

encerrados os trabalhos, de que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, Coordenadora Técnica, de apoio administrativo ao Núcleo da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio,

Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira
(Coordenadora Técnica)

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 18.637 palavras, distribuídas por 40 páginas